

De maio de 2009 a agosto de 2010, exerceu o cargo de chefe de divisão, em regime de substituição, na Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa;

De março de 2003 a maio de 2009, exerceu funções de jurista no Gabinete Jurídico do Hospital Garcia de Orta, E. P. E.;

Membro do Conselho de Ética do Instituto de Higiene e Medicina Tropical/UNL;

Membro do Conselho de Coordenação da Avaliação do Instituto de Higiene e Medicina Tropical/UNL;

Membro da Comissão Paritária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical/UNL;

Membro do Conselho de Coordenação da Avaliação do INFARMED, I. P.;

Membro da Comissão Paritária do INFARMED, I. P.;

Membro de júri de procedimentos de concursos de recrutamento e seleção de pessoal.

Integração de Grupo para reestruturação de unidade orgânica;

Membro do grupo de trabalho para revisão de diplomas orgânicos; Advogada de 2005 a 2008.

IV — Formação profissional:

Frequentou diversas ações de formação, da qual se destaca:

Seminário Negociação: Princípios, Estratégias e Ferramentas;

Programa de Formação em liderança;

Media Training;

PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde destinada a Dirigentes de Instituições de Saúde;

Gestão do Risco e Gestão da Continuidade do Negócio;

The talent Leader — Liderança, Motivação e Execução Estratégica;

Responsabilidades dos Trabalhadores e dos Titulares de Cargos Públicos;

Formações em SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho;

Formações em Legislação Laboral;

Curso em Direito da Medicina — Questões Fundamentais;

Formação em Procedimentos de Natureza Disciplinar nos Estabelecimentos e Serviços de Saúde;

Formação no código da contratação pública;

Formação em responsabilidades tributárias;

Programa de Formação em Gestão Pública — Forgep.

311970459

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 2950/2019

Pretende a Câmara Municipal de Braga proceder à «conclusão do troço 2, da variante do Cávado», na freguesia de Frossos, ocupando para o efeito terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), conforme delimitação aprovada pela Portaria n.º 310/2015, de 25 de setembro.

A construção desta via afetará as tipologias de «áreas de máxima infiltração», «zonas ameaçadas pelas cheias» e «leitos de cursos de água», numa superfície total de 20 666 m².

Considerando que está em causa a realização de uma infraestrutura reconhecida como de relevante interesse público municipal, pela Assembleia Municipal de Braga, mediante Declaração de Reconhecimento de Relevante Interesse Público, aprovada por maioria em sessão ordinária realizada a 23 de fevereiro de 2018;

Considerando que a fundamentação apresentada para a localização pretendida aponta para a inexistência de alternativa viável;

Considerando ainda o parecer favorável da APA, I. P., para a utilização dos recursos hídricos;

Considerando o parecer da APA, I. P., relativo à isenção do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental;

Considerando que o projeto está em conformidade com o Plano Diretor Municipal de Braga;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte propõe a viabilização da realização do projeto pretendido ao abrigo do Regime Jurídico da REN;

Considerando, por último, que o presente despacho não isenta o requerente de dar cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, no uso das

competências delegadas pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética na Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, ao abrigo da subalínea v) da alínea c) do n.º 3 do Despacho n.º 11198/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 28 de novembro de 2018, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 59/2019, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2019, reconhecer o relevante interesse público da conclusão do troço 2, da variante do Cávado, na freguesia de Frossos, ocupando para o efeito terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional, condicionado à autorização da utilização de solos da Reserva Agrícola Nacional, bem como ao cumprimento das medidas de minimização propostas e das condições constantes dos pareceres emitidos no âmbito do procedimento.

8 de março de 2019. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

312128684

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 4615/2019

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Minaport — Minas de Portugal, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, arsénio, antimónio, estanho e tungsténio numa área denominada “Alto de Santo Amaro”, localizada no concelho de Vila Nova de Foz Côa, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Área total do pedido: 43,186 km²

Vértice	X (m)	Y (m)
1	80858,0	160002,0
2	80858,0	155441,0
3	79647,0	155257,0
4	77324,0	155257,0
5	77398,0	155015,0
6	76939,0	152122,0
7	72425,0	155384,0
8	72626,0	157407,0
9	74403,0	158636,0
10	74401,0	159993,0

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente, a apresentar por escrito:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
- Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208 (Ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

21 de janeiro de 2019. — A Subdiretora, *Cristina Lourenço*.

312095328

Despacho (extrato) n.º 2951/2019

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 05-02-2019 foi autorizada, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na categoria, relativa à técnica superior, Isabel Maria Pedroso Nobre Miguel, passando esta trabalhadora a ocupar um posto de trabalho no mapa de pessoal da Direção-Geral de Energia e Geologia com efeitos a 01-01-2019, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a mesma posição remuneratória do serviço de origem.

28 de fevereiro de 2019. — O Diretor-Geral, *João Pedro Costa Correia Bernardo*.

312115059